

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	33
-----------------	----

PARTE I
DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E PRESSUPOSTOS
TEÓRICOS DO TRABALHO

Capítulo 1

A QUESTÃO PROCESSUAL NOS CONFLITOS DE MASSA RELACIONADOS A SERVIÇOS REGULADOS	43
1.1. Alguns dados sobre a litigiosidade associada a serviços regulados	43
1.2. A zona cinzenta sobre os fins da regulação econômica: entre a eficiência e a equidade	54
1.2.1. Regulação econômica e Estado Regulador.....	54
1.2.2. O Estado Regulador brasileiro: entre a teoria e o subdesenvolvimento	61
1.2.3. Regulação econômica entre a eficiência e a equidade.....	66
1.2.4. O debate sobre a profundidade do controle judicial dos atos de regulação.....	73
1.3. Definição do problema: a coexistência de vias de judicialização de conflitos relacionados a serviços regulados.....	84
1.3.1. Reservas quanto à atuação expandida do Judiciário e as adaptações do processo adjudicatório para o controle e revisão de políticas públicas.....	84
1.3.2. A coexistência entre as tutelas tutela individual e coletiva	92

Capítulo 2

A RELAÇÃO ENTRE ANÁLISE INSTITUCIONAL E PROCESSO	103
2.1. Justificativas iniciais para uma abordagem baseada no argumento das “capacidades institucionais”	103
2.2. Contribuições da abordagem instrumentalista	106
2.2.1. Uma visão panorâmica sobre a instrumentalidade do processo	107
2.2.2. Análise crítica: conflitos de interesse público e o redimensionamento do papel do Judiciário e do processo	110
2.3. A processualidade ampla, as políticas públicas e o processo judicial	114
2.3.1. Aspectos gerais da processualidade ampla	114
2.3.2. A processualidade na formação e execução de políticas públicas.....	118
2.3.3. Processo e “judicialização da política”	124
2.4. Considerações introdutórias sobre a análise institucional....	126
2.4.1. Distinções semânticas sobre o termo “instituição”	126
2.4.2. Pressupostos teóricos do argumento das “capacidades institucionais”, segundo Arguelhes e Leal...	129
2.5. A análise institucional comparativa, de Neil K. Komesar	133
2.5.1. Aspectos gerais	133
2.5.2. O Judiciário como instituição	139
2.5.2.1. A dinâmica da litigância	139
2.5.2.2. A competência dos julgadores	144
2.5.2.3. A escala do processo adjudicatório	146
2.6. Conclusão do capítulo	148

PARTE II
REFLEXÕES SOBRE A DOGMÁTICA PROCESSUAL
COLETIVA, À LUZ DA ANÁLISE INSTITUCIONAL
COMPARATIVA

Capítulo 3

REFLEXÕES DOGMÁTICAS ACERCA DO IMPACTO DO PROCESSO COLETIVO SOBRE AS CAPACIDADES INSTITUCIONAIS DO JUDICIÁRIO	153
3.1. O encontro entre as premissas da análise institucional e a dogmática processual.....	153
3.2. Institutos relacionados à participação	155
3.2.1. Legitimidade <i>ad causam</i>	155
3.2.2. Coisa julgada	175
3.3. Institutos relacionados à inércia do órgão jurisdicional ...	181
3.3.1. Regime probatório	181
3.3.1.1. Princípio dispositivo.....	187
3.3.1.2. Distribuição do ônus da prova.....	189
3.3.2. Elementos objetivos da demanda (Pedido e Causa de Pedir).....	197

PARTE III
ESTUDO DE CASO: A JUDICIALIZAÇÃO
DAS COBRANÇAS FUNDADAS NO TERMO
DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO (TERMO DE
OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADE) - TOI

Capítulo 4

JUSTIFICATIVAS PARA A METODOLOGIA ADOTADA E CONTEXTUALIZAÇÃO DO CASO ESTUDADO	215
4.1. Razões para realização do estudo de caso	215
4.2. Contextualização do estudo de caso: as racionalidades subjacentes aos conflitos judiciais relacionados ao TOI	219

Capítulo 5

DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO DOS CONFLITOS JUDICIAIS INDIVIDUAIS E COLETIVOS NO TJSP.....	233
5.1. Escolhas metodológicas e definição da amostragem.....	233
5.1.1. Seleção da amostra de processos coletivos.....	234
5.1.2. Seleção da amostra de processos individuais.....	237
5.2. Variáveis de análise	239
5.2.1. Variáveis da análise de processos individuais	239
5.2.2. Variáveis da análise de processos coletivos	242
5.3. Resultados	244
5.3.1. Demandas individuais.....	244
5.3.2. Demandas coletivas.....	253

Capítulo 6

ESTUDO QUALITATIVO DE AÇÕES COLETIVAS AJUIZADAS PERANTE O TJSP	261
6.1. Escolhas metodológicas e critérios de análise	261
6.2. Análise da Ação Civil Pública nº 0000987-19.2006.8.26.0554, de Santo André/SP	265
6.2.1. Partes, Participação e Legitimidade <i>ad causam</i> ...	265
6.2.2. Coisa Julgada e eficácia subjetiva da sentença.....	271
6.2.3. Elementos objetivos da demanda	272
6.2.4. Provas	273
6.2.5. Fundamentos da sentença e do acórdão	274
6.3. Análise da Ação Civil Pública nº 5000689-32.2018.4.03.6135 (1000799-21.2017.8.26.0587), em São Sebastião/SP...	276
6.3.1. Partes, participação e Legitimidade <i>ad causam</i>	276
6.3.2. Coisa Julgada e eficácia subjetiva da sentença	282
6.3.3. Elementos objetivos da demanda	284
6.3.4. Provas	284

6.3.5.	Fundamentos da sentença e do acórdão	285
6.4.	Análise da Ação Civil Pública nº 0049673-68.2009.8.26.0576, em São José do Rio Preto/SP	286
6.4.1.	Partes, Participação e Legitimidade <i>ad causam</i> ...	286
6.4.2.	Coisa Julgada e eficácia subjetiva da sentença	290
6.4.3.	Elementos objetivos da demanda	291
6.4.4.	Provas	291
6.4.5.	Fundamentos da sentença e do acórdão	292
6.5.	Análise da Ação Civil Pública nº 0025662-21.2004.8.26.0100, em São Paulo/SP.....	294
6.5.1.	Partes, Participação e Legitimidade <i>ad causam</i> ...	294
6.5.2.	Coisa Julgada e eficácia subjetiva da sentença	297
6.5.3.	Elementos objetivos da demanda	297
6.5.4.	Provas	297
6.5.5.	Fundamentos da sentença e do acórdão	298
6.6.	Conclusões parciais.....	300

Capítulo 7

BREVE ANÁLISE DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.412.433/RS ...	305	
7.1.	Justificativas para a análise do REsp nº 1.412.433/RS	305
7.2.	Partes, fundamentos da demanda e participação de terceiros no REsp nº 1.412.433/RS.....	307
7.3.	Fundamentos das principais decisões proferidas nos autos	313
7.3.1.	Acórdão do REsp nº 1.002.433/RS	314
7.3.2.	Sentença proferida pela 1ª Vara Cível de Rio Grande/RS.....	315
7.3.3.	Acórdão prolatado pelo TJRS, em sede de apelação	315
7.3.4.	Acórdão que julgou o REsp nº 1.412.433/RS	316
7.4.	Conclusões parciais.....	324

Capítulo 8

NOTAS CONCLUSIVAS DO ESTUDO DE CASO	327
CONCLUSÃO	339
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343
ANEXO I – RESULTADO DA ANÁLISE DOS PROCESSOS INDIVIDUAIS	355
ANEXO II – RESULTADO DA ANÁLISE DE PROCESSOS COLETIVOS	381